



Ernesto Max Tonela, Ministro da Economia e Finanças

Ernesto Max Tonela: o novo “superministro” de Filipe Nyusi

●Estrategicamente, Nyusi colocou o seu novo aliado e “supeministro” na pasta de Economia e Finanças com a missão dissimulada de consolidar as suas finanças através da facilitação de negócios do Estado para as empresas ligadas directa e/ou indirectamente ao Presidente da República. A estratégia é garantir, a todo o custo, uma musculatura financeira para o período pós-poder, que deverá iniciar em 2025. Mas também não se pode pôr de lado a hipótese do uso das finanças públicas para financiar um projecto de continuidade no poder através de uma figura próxima a Filipe Nyusi.

- A ascensão de Ernesto Max Tonela como o “superministro” de Filipe Nyusi significa o desvanecer da “estrela” do Governo: Celso Correia. No primeiro mandato (2015 – 2019) de Filipe Nyusi, o então Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) não precisou de muito tempo para se revelar como o “superministro” do Governo. Mas nos últimos tempos, a “estrela” do Governo de Filipe Nyusi começou a desvanecer. Celso Correia deixou de vestir a camisola de “maestro” do Governo de Filipe Nyusi. O Sustenta, apresentado como o maior projecto que iria revolucionar o sector agrário em Moçambique, continua a não dar os resultados anunciados. E ninguém fala do Sustenta. Nem o próprio Ministro.



A nova configuração do Governo de Nyusi

Economista de formação e tecnocrata, Ernesto Max Tonela estava a fazer carreira nas empresas do sector energético, nomeadamente na Electricidade de Moçambique (EDM) e mais tarde na Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB). Nesta última, Max Tonela administrava as finanças quando em Janeiro de 2015 foi chamado para integrar o primeiro Governo de Filipe Nyusi. Fez o seu tirocínio no Ministério da Indústria e Comércio. Desde logo, demonstrou dificuldades de adaptação nas novas funções e num sector que não lhe era familiar.

Filipe Nyusi percebeu as dificuldades de Max Tonela, mas não o descartou. Em Dezembro de 2017, tirou-o da Indústria e Comércio e mandou-o, por assim dizer, de volta à casa,

no Ministério dos Recursos Minerais e Energia. Não como técnico, mas governante. Como Ministério. Como Ministro dos Recursos Minerais e Energia, deu seguimento à expansão da rede nacional de energia eléctrica, incluindo a atracção de projectos de energias renováveis (centrais fotovoltaicas), aumentou a fiscalização da mineração artesanal e deu início ao licenciamento dos seus operadores.

O novo ministro liderou os trabalhos que culminaram com a admissão de Moçambique no Processo Kimberley, um mecanismo internacional de controlo do negócio de diamantes para evitar que sejam usados para financiar guerras e/ou conflitos armados. Aqui é preciso destacar que o engajamento do CDD

foi fundamental para a adesão de Moçambique no Processo Kimberley, permitindo ao país explorar e vender os diamantes que ocorrem nas províncias de Gaza, Manica, Tete e Niassa.

No subsector de hidrocarbonetos, Max Tonela impulsionou as negociações com as petrolíferas que exploram gás natural da Baía do Rovuma, tendo sido sob sua liderança (2019) que foi tomada a Decisão Final de Investimento do Projecto Golfinho/Atum, da Área 1, actualmente liberado pela francesa Total. Orçado em mais de 23 mil milhões de dólares, trata-se do maior investimento directo estrangeiro em África, entretanto interrompido devido aos ataques dos extremistas violentos em Cabo Delgado.

Na semana passada, quando o Presidente da República exonerou de uma só vez seis (6) ministros, estava claro que um dos objectivos era colocar Ernesto Max Tonela na estratégica pasta de Economia e Finanças. Nos últimos anos, Max Tonela foi ganhando confiança de Filipe Nyusi até se tornar num dos ministros mais próximos e confiados do Presidente da República. Não admira, portanto, a sua colocação como chefe do sector empresarial do Estado, o novo homem forte do dinheiro público.

Como Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela tem como missão principal consolidar as finanças da família presidencial através da facilitação de negócios do Estado para as empresas ligadas directa e/ou indirectamente ao Presidente da República. A estratégia é garantir, a todo o custo, uma musculatura financeira para o período pós-poder, que deverá iniciar em 2025. Mas também não se pode pôr de lado a hipótese de uso das finanças públicas para financiar um projecto de continuidade no poder através de uma figura próxima a Filipe Nyusi.

O Ministério da Economia e Finanças é responsável pelos pagamentos de todas as empresas que desenvolvem um negócio com o Estado. Regra geral, as empresas ligadas à

elite no poder e que prestam serviços e/ou fornecem bens ao Estado têm prioridade na ordem de pagamento de facturas. Apesar de facturarem biliões de meticais, essas empresas sobrevivem da fuga ao fisco e nada lhes acontece.

Por exemplo, o CDD sabe que uma empresa criada em 2014 com ligação à família do Presidente da República fornece refeições, detergentes e outros bens aos Ministérios do Interior e da Defesa Nacional. Isto é, todas as refeições e outros bens consumidos nas esquadras da Polícia e nos quartéis das Forças Armadas são fornecidas por esta empresa.

Nos exercícios económicos de 2019 e 2020, a referida empresa teve a maior facturação. Uma auditoria fiscal da Autoridade Tributária realizada em finais de 2021 apurou que a empresa tem uma dívida acumulada com o fisco no valor de 2.762.422.312,00 Meticais. São cerca de três (3) biliões de dívida referente aos anos fiscais de 2017, 2018, 2019 e 2020. Esta situação foi descoberta durante o consulado de Adriano Maleiane como Ministro da Economia e Finanças. Ele é o novo Primeiro-ministro e hoje vai estrear como “chefe” do Governo na sessão ordinária da Assembleia da República.

Entretanto, a ascensão de Ernesto Max Ton-

ela como o “superministro” de Filipe Nyusi significa o desvanecer da “estrela” do Governo: Celso Correia. No primeiro mandato (2015 – 2019) de Filipe Nyusi, o então Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MIT-ADER) não precisou de muito tempo para se revelar como o “superministro” do Governo.

Celso Correia era o ministro que aparecia para acudir o Executivo de Filipe Nyusi sempre que estivesse diante de um problema de maior repercussão política e social. Não interessava o problema, o “superministro” tinha poder e mandato para intervir em qualquer sector. Nas Finanças interveio com a iniciativa “Um Distrito, Um Banco” e na Saúde com “Um Distrito, Um Hospital Distrital”. A lista das intervenções poderia continuar.


Mas nos últimos tempos, a “estrela” do Governo de Filipe Nyusi começou a desvanecer. Celso Correia deixou de vestir a camisola de “maestro” do Governo de Filipe Nyusi e passou a concentrar-se no seu sector: o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Mais do que a aura de “superministro”, para trás ficaram muitas promessas por cumprir. O Sustenta, apresentado como o maior projecto que iria revolucionar o sector agrário em Moçambique, continua a não dar os resultados anunciados.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

